
História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica: as narrativas do processo de implantação e expansão do Instituto Federal do Amapá

History and Memory of Professional and Technological Education: the narratives of the process of implantation and expansion of the Federal Institute of Amapá

Historia y memoria de la educación profesional y tecnológica: las del proceso de implantación y expansión del Instituto Federal do Amapá

Bicalho, Ramofly¹ (Nova Iguaçu, RJ, Brasil)
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-0571-6481>
Macedo, Pedro Clei Sanches² (Macapá, AP, Brasil)
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-4873-7242>

Resumo

O objetivo deste artigo é caracterizar a história e memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá nos primeiros anos de sua implantação (2007 a 2014), num contexto de constantes reformas institucionais da educação profissional e tecnológica no Brasil. A pesquisa buscou analisar os documentos institucionais, leis, decretos e portarias, relacionados à educação profissional no Brasil e no Amapá, com destaque a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que dá uma nova formatação à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Para o desenvolvimento desta investigação, optou-se pela abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas. Os resultados revelam os caminhos minuciosos percorridos no processo de transformação da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP) em Instituto Federal do Amapá (IFAP), a instalação em unidades provisórias, a escolha dos primeiros cursos e sua importância para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Educação profissional. Memória. Desenvolvimento regional. História da educação.

Abstract

The objective of this article is to characterize the history and memory of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá in the first years of its implementation (2007 to 2014), in a context of constant institutional reforms of professional and technological education in Brazil. The research sought to analyze the institutional documents, laws, decrees and ordinances related to professional education in Brazil and Amapá, with emphasis on Law 11.892 of December 29, 2008, which gives a new format to the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education with the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology. For the development of this research, the qualitative approach was chosen, through bibliographic research, documentary analysis and interviews. The results reveal the detailed paths taken in the process of transformation of the Amapá Federal Technical School (ETFAP) into the Amapá Federal Institute (IFAP), the installation in provisional units, the choice of the first courses and their importance for regional development.

Keywords: Professional education. Memory. Regional development. History of education.

Resumen

El objetivo de este artículo es caracterizar la historia y la memoria del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Amapá en los primeros años de su implantación (2007 a 2014), en un contexto de constantes reformas institucionales de la educación profesional y tecnológica en Brasil. La investigación trató de analizar los documentos institucionales, leyes, decretos y ordenanzas relacionados con la educación profesional en Brasil y Amapá, con énfasis en la Ley 11.892 del 29 de diciembre de 2008, que da un nuevo formato a la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica con la creación de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología. Para el

¹ Professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). ramofly@gmail.com

² Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal do Amapá. pedroclei@hotmail.com

desarrollo de esta investigación se eligió el enfoque cualitativo, a través de la investigación bibliográfica, el análisis documental y las entrevistas. Los resultados revelan las trayectorias detalladas del proceso de transformación de la Escuela Técnica Federal de Amapá (ETFAP) en el Instituto Federal de Amapá (IFAP), la instalación en unidades provisionales, la elección de los primeros cursos y su importancia para el desarrollo regional.

Palavras-Clave: Educación profesional. Memoria. Desarrollo regional. Historia de la educación

Introdução

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil traz novas proposições e novos conceitos na busca de respostas às expectativas do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea. É nesta perspectiva, portanto, que educação profissional busca sua amplitude, tanto em âmbito nacional, quanto regional e local.

A criação dos Institutos Federais e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é um marco relevante na política de educação profissional no Estado do Amapá. Entretanto, é importante reconhecer o papel dos Institutos Federais na oferta de Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino, pois comungo do princípio que a inserção dos institutos federais como política pública de educação profissional é um avanço significativo.

Este artigo é um recorte da Dissertação de Mestrado: “Educação Profissional e Desenvolvimento Territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá”, que se fundamenta em estudos sobre a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e sua relação com o desenvolvimento regional no Estado do Amapá no contexto das políticas de Estado, a partir de reflexões sobre os aspectos legais e teóricos de questões a serem debatidas entre si, tais como políticas de educação, trabalho, desenvolvimento, gestão, mercado e infraestrutura.

O objetivo deste estudo é apresentar a trajetória e memória do processo de transformação da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP) em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) enquanto instituição pública-estatal de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, revelando os caminhos percorridos na implantação dos primeiros *campi* localizados nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari, a escolha dos primeiros cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de tecnologia e licenciaturas e o processo de expansão de novos *campi*.

Neste sentido, essa investigação busca identificar os dispositivos legais que embasaram o processo de implantação do Instituto Federal do Amapá a partir de seu nascimento em 25 de outubro de 2007, quando foi sancionada a Lei nº 11.534 que dispõe sobre a criação das escolas técnicas e agrotécnicas federais. A partir desta lei, foi criada a Escola Técnica Federal do Amapá, que logo em seguida, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que ampliou a Rede Federal de Educação Profissional em todo o território nacional a partir da criação de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Para o desenvolvimento do estudo utilizamos os recursos da pesquisa documental e bibliográfica que permitiu a construção da fundamentação teórica deste trabalho e também a sistematização da proposta. Além disso, a partir das narrativas dos sujeitos pesquisados, através da entrevista semiestruturada como instrumento metodológico, é possível registrar a história e memória dos caminhos percorridos pelo IFAP, por meio de um recorte temporal demarcando o período de 2007 a 2014, identificando os percalços e desafios no processo de implantação de seus dois primeiros *campi*, o *campus* Macapá e o *campus* Laranjal no Jari.

A historicidade de uma sociedade e suas instituições é um percurso repleto de disputas e interesses, construída socialmente, através de uma interação. Dependendo da forma como a história ou a memória seja abordada, pode manter um pensamento ou conceito já estabelecido, perpetuando-o ao longo do tempo, ou de maneira antagônica transformá-lo trazendo assim à tona novas “vozes” ao processo histórico. A memória torna-se, portanto, um campo constituído por uma seletividade, podendo ser perdida se não for recuperada oportunamente. É também um espaço de conciliação entre memória individual e memória coletiva numa espécie de negociação (BENJAMIM, 2012).

Para recuperar essa memória, foi necessário um período significativo de estudo em campo, a partir do contato direto com a situação, permitindo uma interação direta com o contexto da pesquisa e o objeto estudado, centrando no processo dos acontecimentos históricos, utilizando dados narrativos como aspecto relevante da pesquisa. Esta aproximação mais direta com as pessoas, situações, locais e eventos que ocorreu o fenômeno, permitiram reunir informações

imprescindíveis de historicidade, narrativas e perspectivas para a construção da memória do Instituto Federal do Amapá.

Contextualização Histórica: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica em todo o território brasileiro reforça o entendimento da educação enquanto um direito universal como preconiza a Constituição Federal em seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família”, e em seu Art. 206 especifica que: “O ensino será ministrado com base no seguinte princípio: [...] gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais” (BRASIL, 1988).

De maneira mais específica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9394/96 (BRASIL, 1996) destaca em seu Art. 39 que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. Isto é possível, a partir da nova redação dada à LDB com a aprovação da Lei Nº 11.741/2008 que redimensiona, institucionaliza e integra as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

A partir da segunda metade governo de Luiz Inácio Lula da Silva políticas mais contundentes referentes à educação profissional e tecnológica foram retomadas, tendo como destaque a implantação do ensino médio integrado, uma perspectiva consistente para construção teórico e prática de uma educação tecnológica que corresponda à preparação do educando para a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais da produção moderna. Por conseguinte, deixa evidente que as políticas se ampliam em função da expansão da rede federal de educação tecnológica, conjuntamente com a ampliação de suas funções para o ensino superior, promovendo a integração com a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico (OLIVEIRA, 2012).

Conforme Oliveira (2012) é a partir dos meados dos anos 2000, que as políticas públicas destinadas à educação profissional são evidenciadas com a expansão da rede federal de educação profissional. Segundo o autor, este é um processo muito complexo e que exigiria uma análise mais profunda. Assim, pode-se afirmar que,

a expansão em si é um movimento importante e necessário, que representa a presença do Estado brasileiro por meio de instituições reconhecidas como de qualidade nas periferias das capitais e em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, ou seja, é a presença do Estado para mas além dos territórios em que se concentra a maior parte do PIB nacional. Isso significa a possibilidade de muitos brasileiros terem acesso a uma educação de qualidade. Essa presença federal nas regiões mencionadas se justifica porque, atualmente, são poucas as redes estaduais estruturadas no sentido de se constituírem como via para garantir, com qualidade, esse direito à população, apesar de ser responsabilidade dos estados a universalização do acesso ao ensino médio (OLIVEIRA, 2012, p. 62)

É neste período que a ideia de expansão começa a se consolidar de maneira mais contundente, ou seja, a partir de uma nova configuração para a rede federal de educação profissional, com base na transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), nas escolas técnicas e agrotécnicas federais e algumas escolas vinculadas às universidades federais, em Institutos Federais.

Pacheco (2010) entende que os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), as escolas agrotécnicas federais e as escolas técnicas vinculadas às universidades saíram de cena para dar lugar aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o desafio de dar continuidade a uma concepção de educação profissional pautada numa formação contextualizada, de conhecimentos, princípios e valores, que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. O autor afirma que é preciso agregar a formação acadêmica à preparação para o trabalho, tendo a compreensão de seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico.

O processo de expansão da rede federal de educação profissional se concretiza em 2008, com a aprovação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Sua intenção é compor uma estrutura abrangente voltada para o atendimento às demandas sociais e educacionais nos territórios.

Mas antes da aprovação da Lei nº 11.892/2008, é importante destacar que esse processo iniciou um pouco antes, quando o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, foi assinado pelo Presidente Lula. Este foi o primeiro dispositivo legal que tratou sobre a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Decreto estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituições dos

Institutos Federais no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. (BRASIL, 2007).

Em 12 de dezembro de 2007, o Ministério da Educação emitiu a Chamada Pública MEC/SETEC 02/2007 com o objetivo de acolher propostas de composições de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a ser apresentado pelos estados da federação através de suas instituições representadas, num prazo de 90 dias. O resultado da Chamada Pública foi apresentado em 31 de março de 2008 através da Portaria MEC/SETEC Nº 116. A relação das propostas aprovadas no processo de seleção subsidiaram a elaboração do Projeto de Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O artigo 2º destaca que “Os Institutos Federais do Acre, do Amapá, de Brasília, do Mato Grosso do Sul e de Rondônia serão implantados a partir da transformação das respectivas Escolas Técnicas Federais, criadas nos termos da Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007. (MEC, 2008).

Em julho de 2008, o governo federal apresenta ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 3.775 que propõe a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, a Lei 11.892 é aprovada no Congresso Nacional, e entra em vigor em 29 de dezembro de 2008.

Com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como forma de dar respostas às demandas crescentes na formação profissional e à necessidade de maior difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Desta forma, os Institutos Federais, se tornaram referência na rede e todas as demais instituições criadas a partir deles, passaram a seguir o seu modelo de organização (OTRANTO, 2011).

Para Otranto (2011) a Lei 11.892/08 integrou uma série de medidas normativas que tinha como objetivo a concretização do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) do Governo Lula, este sendo um dos mais significativos componentes educacionais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Dentre essas medidas destacaram-se: O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA),

o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

Um fato importante na trajetória da Educação Profissional com a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é a criação de Institutos Federais, em estados da federação em que não existiam estruturas anteriores mais consolidadas, como os estados do Amapá, Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Brasília. Alguns desses estados ainda estavam em processo de implantação das Escolas Técnicas Federais, mas devido essa conjuntura de expansão ganharam logo o *status* de Instituto Federal, enquanto instituições mais novas da rede federal (MACEDO, 2017).

Além dos Institutos Federais, integraram também a rede de educação profissional, as autarquias que não aderiram à transformação em IFs: os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG, 24 escolas vinculadas às Universidades Federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)³.

Em relação às Escolas Agrotécnicas Federais, todas aderiram à proposta de transformação em *campi* dos Institutos, apesar de algumas instituições serem centenárias na oferta de cursos técnicos de nível médio. Para as Escolas Agrotécnicas transformarem-se em Instituto Federal significava a possibilidade de ofertar ensino superior. No entanto, existia uma preocupação inicial que perderem a autonomia, tendo em vista que as Reitorias ficariam sob a responsabilidade dos CEFET's (OTRANTO, 2011).

Resumidamente, com a Lei 11.892/08 foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da adesão de 75 instituições, dentre as 102 que optaram. Assim, os IFs foram compostos pelas 36 Escolas Agrotécnicas, 31 dos 33 Centros Federais de Educação Tecnológica e 8 das 32 Escolas Vinculadas.

A nova proposta apresentada altera as características iniciais de oferta da educação profissional pela rede federal, abrindo caminho para a oferta do Ensino Superior. Esta modalidade que até então era característica exclusiva das

³ Durante o processo de indicação a criação dos Institutos Federais a partir do Decreto 6.095/2007 e logo em seguida a Chamada Pública MEC/SETEC 02/2007, houve uma resistência inicial de vários CEFET's que não foi levada adiante pela maioria. Somente os CEFET's do Rio de Janeiro e Minas Gerais que se mantiveram resistentes por se sentirem merecedores do mesmo direito de transformação em Universidade Tecnológica pelo fato de terem sido elevados à categoria de Centros Federais no mesmo período que o CEFET Paraná (OTRANTO, 2011, p. 8).

universidades, é compartilhada com os Institutos Federais que podem ofertar cursos de Licenciatura, Bacharel e Tecnólogo, bem como, cursos de Pós-graduação, além de ministrar a educação profissional em diversos níveis e modalidades de ensino.

Conforme Oliveira (2012), antes da criação dos Institutos Federais, a centralidade das discussões dentro da rede estava centrada à sua função social no contexto da ampliação e no significado do ensino médio integrado, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com a chegada dos IFs essa centralidade se deslocou para as questões referente a estrutura administrativa, para a ocupação dos novos cargos criados e para a construção dos novos *campi*, inclusive das reitorias. Isso ocorrendo com muita pressa, reduzindo-se a ideia de construir escolas para a edificação de prédios maiores e mais estruturados. Assim, o objetivo central era que os novos *campi* entrassem em funcionamento de forma imediata.

Portanto, conforme prevê o artigo 2º da Lei 11.892/08 os Institutos Federais tornam-se instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Além do mais, para efeito de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os institutos federais são equiparados às universidades federais (BRASIL, 2008).

Em 2007, na segunda fase de expansão, procurou-se ampliar essa implantação com a criação de novas unidades. Para este período o governo utilizou uma frase que ficou muito conhecida dentro da rede: “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. Foi prevista assim, a implantação de 150 novas unidades de ensino, no intuito de criar 180 mil vagas para a educação profissional e tecnológica e uma projeção de vagas para que a rede federal de educação tecnológica atenda até 2010, 500 mil matrículas (MEC, 2010).

Nos anos que se sucederam aumentou consideravelmente o número de unidades de ensino em todo o território nacional, atingindo todas as capitais e as principais cidades do interior brasileiro, com uma proposta de oferta educacional verticalizada, que abrange desde a educação profissional técnica de nível médio até o ensino superior. Além disso, a rede se ampliou, cada vez mais, com o acolhimento

de novos públicos oriundos de outras demandas, como a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação de jovens e adultos (EJA) e o público-alvo da Educação Especial.

Esse novo modelo de instituição, que compõe a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica trouxe uma proposta inovadora, cumprindo um importante papel social no contexto de cada estado da federação, uma vez que os cursos de qualificação profissional foram programados para atenderem as demandas identificadas a partir de especificidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais.

Por outro lado, Sousa e Tales (2018, p. 113), destacam que a expansão da Educação Profissional e Tecnológica, pode ser explicada “enquanto um elemento constituinte do processo integral de formação dos trabalhadores, devendo ser compreendida como uma política pública de nível estratégico”. Para eles, o aumento de matrículas decorre da necessidade de “atender às novas exigências e às competências produtivas e tecnológicas demandadas pela reestruturação produtiva do capital, como forma de ingresso do país no novo modelo de desenvolvimento e transnacionalização das bases produtivas”.

De Escola Técnica à Instituto Federal do Amapá: memórias e narrativas dos Pioneiros do Instituto Federal do Amapá

Os primeiros passos percorridos até a efetiva instalação do IFAP iniciaram em 2007 com os primeiros trabalhos para a criação da Escola Técnica Federal no Estado do Amapá (ETFAP), através de negociações entre governos federal e estadual na busca de mecanismos para sua implantação e estruturação da instituição.

Ao analisar o processo histórico de criação do Instituto Federal do Amapá, é preciso se reportar ao Decreto Federal nº 6.095, publicado em 24 de abril de 2007, em que foram estabelecidas as diretrizes para o processo de integração de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, a partir dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), de modo a favorecer a sua atuação integrada e referenciada regionalmente. Apesar de não ter existido CEFET ou Escola Técnica Federal no Amapá antes de 2007, este foi o primeiro dispositivo legal que tratou da

reorganização e integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica. Para entender esse processo, destaco os artigos abaixo que tratam dessa organização:

Art. 2º A implantação de IFETs ocorrerá mediante aprovação de lei específica, após a conclusão, quando couber, do processo de integração de instituições federais de educação profissional e tecnológica, na forma deste Decreto.

Art. 3º O processo de integração terá início com a celebração de acordo entre instituições federais de educação profissional e tecnológica, que formalizará a agregação voluntária de Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, Escolas Técnicas Federais - ETF, Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizados em um mesmo Estado. (MEC, 2007).

E como o Estado do Amapá poderia se manifestar para integrar essa nova proposta do governo, se não existia nenhuma das instituições a que se refere o Art 3º da referida Lei? Para esta pergunta, foi dada uma resposta: a criação da Escola Técnica Federal do Amapá, a partir da publicação da Lei 11. 534, de 25 de outubro de 2007, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais como destaca o seu art. 1º:

Ficam criadas, como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, as Escolas Técnicas Federais:

I – do Acre, com sede na cidade de Rio Branco;

II – do Amapá, com sede na cidade de Macapá;

III – de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande;

IV – de Brasília, no Distrito Federal; e

V – de Canoas, no Rio Grande do Sul. (BRASIL, 2007b, art 1º). [grifo nosso]

Portanto, a história do IFAP, começa de fato, com a criação da Escola Técnica Federal, em 25 de outubro de 2007, mesmo que essa configuração já estivesse com os dias contados, conforme prevê o Decreto nº 6.095/2007 com a diretrizes para a transformação em Institutos Federais.

Em 13 de novembro de 2007, a Portaria MEC nº 1.066 atribui ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET-PA o encargo de implantar a Escola Técnica Federal do Amapá, tendo como responsabilidades: ativar e gerir a Unidade Gestora do ETFAP; praticar atos atinentes à execução orçamentária e financeira; organizar os concursos públicos para o provimento de quadro de pessoal efetivo; propor junto à SETEC a relação de cursos de educação profissional a serem oferecidos à comunidade, em consonância com as necessidades socioeconômicas de âmbito local e regional, entre outras.

O passo seguinte foi a Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, para a apresentação de propostas de adesão pelos CEFETs, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais na constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Portaria nº 1.199 do Ministério da Educação, de 12 de dezembro de 2007, nomeia o professor Emanuel Alves de Moura para exercer o cargo de Diretor Geral Pró Tempore da Escola Técnica Federal do Amapá.

Em 31 de março de 2008, através da Portaria MEC/SETEC nº 116, é divulgada a relação das propostas aprovadas no processo de seleção da Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, além de apresentar a indicação de transformação do Instituto Federal do Amapá a partir da transformação da Escola Técnica Federal, com mostra o seguinte artigo:

Art. 2º Os Institutos Federais do Acre, do Amapá, de Brasília, do Mato Grosso do Sul e de Rondônia serão implantados a partir da transformação das respectivas Escolas Técnicas Federais, criadas nos termos da Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007. (MEC, 2008).

No início de 2008, começam as primeiras articulações para as instalações da parte administrativa da ETFAP e a árdua procura pelo terreno para a construção da unidade com sede na cidade de Macapá e a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) no município de Laranjal do Jari, como registra a fala de um dos entrevistados:

A partir de 2008, nós fizemos várias visitas ao Estado do Amapá, na cidade de Macapá, no sentido de viabilizar a efetiva implantação da então Escola Técnica. Como nós não tínhamos imóveis, nem pessoal, passamos a buscar um imóvel que pudesse atender as necessidades da nova autarquia recém criada. E aí, passamos a buscar junto ao Governo do Estado. Realizamos duas audiências públicas para definir quais os primeiros cursos que poderiam ser implantados na escola de Macapá. Paralelo a isso, surge a fase 2 da expansão, onde a Escola Técnica ganha a UNED, Unidade de Ensino Descentralizada de Laranjal do Jari. Então passamos nesse período a buscar o terreno tanto em Macapá, quanto em Laranjal do Jari. Tivemos várias audiências com o Secretário de Estado da Educação, com o prefeito de Laranjal, com o Governo do Estado, no sentido de buscar o melhor terreno, a melhor infraestrutura para a implantação de nossa escola. É claro, não foi fácil, foi uma luta muito árdua depois de várias tentativas, de várias reuniões de sensibilização [...] tivemos alguns problemas de entendimento, principalmente com os gestores locais, mas depois de um tempo, nós conseguimos os dois terrenos (E1⁴).

⁴ A sigla “E1” significa “Entrevistado 1”, e assim por diante.

No início de 2008, em continuidade aos trabalhos, definiu-se pelas audiências públicas como a metodologia a ser utilizada para a escolha dos primeiros cursos a serem ofertados pela ETFAP, sendo realizadas 2 audiências públicas em Macapá e 1 em Laranjal do Jari. Após os resultados das propostas apresentadas na plenária definiu-se por uma lista de possíveis cursos a serem escolhidos pela ETFAP a partir dos critérios estabelecidos.

A audiência pública é um processo democrático que envolve a comunidade na tomada de decisões, entretanto, não pode ser o único mecanismo a ser tomado. Além da indicação dos cursos, houve a necessidade da equipe de implantação avaliar e escolher os cursos que melhor se adequassem à realidade local e regional, além de atender às necessidades da própria instituição, quanto ao processo de estruturação dos primeiros cursos. A narrativa a seguir mostra que além da manifestação da comunidade local, existiu um convênio entre Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari e IFAP, para a oferta do Curso de Secretariado Escolar:

O início mesmo decorreu das audiências públicas. Mas a audiência pública não necessariamente manifesta a efetiva verdade dos fatos. Ela tem um panorama ali relativamente político, e que sinalizou os cursos de informática e meio ambiente. Mas em razão de uma sinalização do município, precisava formar alguns secretários de escola, então houve o convênio entre a Reitoria e o município de Laranjal do Jari para que fossem ofertadas as turmas de Secretariado Escolar (E 2).

No decorrer do ano de 2008 após a conclusão das audiências públicas e definição do Plano de Metas para a oferta dos cursos, a equipe de trabalho se amplia com a chegada de novos servidores oriundos de outros estados da federação, pois até o momento não existia um quadro próprio, tendo em vista a situação em que a instituição que se encontrava devido seu processo de implantação.

A perspectiva de atuação dos institutos federais, está no atendimento dos arranjos produtivos locais, na qual a medida governamental relaciona-se a uma distribuição dos *campi* fundada numa dinâmica que possibilite “ouvir e articular as demandas do território nos quais essas instituições estão inseridas, com suas possibilidades científicas e tecnológicas, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção da cidadania (SILVA, 2009).

Com a definição dos terrenos para a implantação do IFAP, continuam a articulações políticas para o início das obras e a realização do primeiro concurso público:

O primeiro trabalho foi buscar parceria. Era uma coisa nova, pouco conhecida dentro do Estado. As próprias autoridades constituídas aqui no Amapá, não tinham conhecimento. Então a gente teve que buscar essas parcerias, buscar os órgãos públicos. Primeiramente, para tornar o IFAP público, que era o principal objetivo daquele momento. E a partir dessas parcerias, as coisas foram encaminhando, aí veio os planejamentos já para o primeiro concurso público após chegar os códigos de vagas. Então tivemos que executar o primeiro concurso público que foi realizado pelo Instituto Federal do Pará, com apoio da equipe que estava aqui. Foi outro desafio, nós também não tínhamos estrutura. O Pará veio com a estrutura de pessoal deles, e nós conseguimos através do Governo do Estado algumas parcerias com cessão de espaço físico nas escolas do Estado e conseguimos realizar o primeiro concurso público (E3).

Em dezembro de 2008, com a transformação da Escola Técnica Federal do Amapá em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, a equipe de trabalho tem o desafio de implantar os dois *campi* já definidos: Campus Macapá e Campus Laranjal do Jari. Para isso, a primeira equipe de trabalho instalou-se em um prédio provisório que funcionou a Reitoria no período de 2009 a 2011, localizado no centro de Macapá.

A escolha para implantação de novos *campi* do Instituto Federal do Amapá seguiu os critérios adotados pelo governo federal para definir o número de campus universitários e de escolas de educação profissional por estado entre os quais o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e a porcentagem de jovens de 14 a 18 anos nas séries finais do ensino fundamental. Na escolha dos municípios a serem contemplados, considerou a universalização do atendimento aos territórios da cidadania, a alta porcentagem de extrema pobreza, municípios ou microrregiões com população acima de 50 mil habitantes e os municípios com arranjos produtivos locais.

Uma das dimensões considera as mesorregiões socioeconômicas dos estados em razão da natureza da investigação dos institutos nas respectivas regiões. Houve um esforço considerado para unificar ao máximo as diferentes autarquias de um mesmo estado, considerando as identidades socioeconômicas de uma dada região, mantendo sua delimitação em área territorial contínua.

Neste sentido, considerando a questão da territorialidade para a criação dos Institutos Federais, é que se buscou realizar o processo de expansão do Instituto Federal do Amapá, com a criação de novos *campi*, considerando as

questões socioeconômicas de cada município, de forma a buscar o desenvolvimento local e regional. Freitas Júnior e Sanchez (2011, p. 38) afirmam que:

A consolidação do projeto dos Institutos Federais como instrumento de desenvolvimento local e regional, passa, necessariamente, pela identificação das demandas a que cada Campus se propõe a atender, o que, obrigatoriamente, exige a delimitação da área dessa atuação, e conseqüentemente, a clareza de quais atividades produtivas se desenvolvem nessa região de abrangência.

O Instituto Federal do Amapá insere-se no cenário amapaense com o desafio de ser uma referência local e regional na oferta de educação profissional e tecnológica, enquanto sistema de ensino público e gratuito. Mas antes disso, muitos desafios foram postos à frente da equipe de trabalho, antes de sua primeira instalação.

Em agosto de 2010, após a realização do concurso público os primeiros servidores foram convocados para compor o quadro da Reitoria e dos *campi* Macapá e Laranjal do Jari. Os depoimentos a seguir confirmam como se deu a chegada dos primeiros servidores:

Nós iniciamos em Macapá após a realização do concurso público. Até então a nossa equipe girava em torno de 12 a 15 pessoas, que eram servidores do Ex-território que nós recebemos, que eram 2 servidores. Recebemos 3 servidores do Pará, eu de Roraima, 2 servidores da Universidade do Rio Grande do Norte. Então fizemos uma equipe de 15 pessoas que estávamos conduzindo esse processo de implantação. A partir de 2009, nós começamos montar nossa equipe. Em 2008 era praticamente e duas professoras cedidas do Pará. E também nós nomeamos dois extraquadros, que foi um engenheiro e uma jornalista que deu esse apoio inicial. E a partir daí, recebemos dois servidores já distribuídos e começamos a montar nossa equipe. Então em 2010, nós realizamos o concurso público. Demos posse aos primeiros servidores, tanto administrativo, quanto docentes dos *campi* Laranjal e Macapá, além dos servidores da Reitoria. (E1)

Mesmo com as obras do *campus* Macapá na sua fase inicial, optou-se pelo início das atividades escolares em espaços provisórios cedidos pela Secretaria de Educação do Estado. De imediato foram implantados dois cursos no *Campus* Macapá na modalidade subsequente: sendo ofertados 70 vagas para o curso Técnico em Informática e 70 vagas para o curso Técnico em Edificações, em espaços físicos provisórios, como mostra o depoimento de um dos pioneiros:

Esse primeiro momento foi muito assustador, porque nós iríamos receber esses 140 alunos num espaço cedido, ainda sem muita estrutura, tudo novo pra gente, assim como seria para os alunos. Porque não existia Instituto Federal aqui no Amapá, então eram as primeiras turmas, primeiros servidores. A maioria sem experiência na Rede Federal de Educação Profissional. Alguns de fora, com apenas experiência de ter estudado em uma instituição dessa, mas nunca trabalhado. O lado bom disso, é que todo mundo se uniu, juntou seus conhecimentos, suas experiências de outros

espaços, de outros lugares, para poder dar seguimento aquele processo que se iniciava dessas primeiras turmas no instituto. (E5)

O fato de não ter uma estrutura própria causou certa insegurança na equipe de profissionais recém chegada ao IFAP, entre eles, professores de várias áreas do conhecimento, pedagogos, técnicos em educação, assistente social, psicólogos, administradores, entre outros. Tudo era novo, desde a organização dos planos de cursos até a definição do organograma da equipe. A dificuldade encontrada era superada aos poucos pelas experiências que foram adquirindo ao longo do processo de implantação.

Os desafios enfrentados nos municípios de Laranjal do Jari não foram diferentes daqueles vivenciados na capital. Neste mesmo período as atividades começaram a funcionar em salas cedidas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), passando por diversos locais provisórios até março de 2012. Alguns relatos comprovam esse momento de dificuldade no processo de implantação:

O processo de estruturação do campus foi um processo bastante sofrido. A considerar que inicialmente, em razão de situações alheias à vontade do construtor, alheias a vontade do Reitor, alheias a vontade da própria comissão responsável do IFPA, que é o responsável pela obra, alguns episódios se atravessaram, no caminho da construção, por exemplo, os achados arqueológicos que provocaram a intervenção do instituto pelo patrimônio histórico nacional, razão pela qual o cronograma da obra teve que sofrer esse ajuste e isso teve todo uma influência na implantação dos cursos, no próprio início das atividades. (E4)

Laranjal do Jari foi até um pouco pior a situação, nós tivemos momentos de estar até em 5 espaços físicos diferentes. Até porque em Laranjal do Jari, a cidade não oferece infraestrutura que nós pudéssemos alugar, ocupar, uma infraestrutura que pudesse atender as nossas necessidades. Em Laranjal do Jari nós tivemos um apoio da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, ela tem um campus, são cinco salas de aula, que realmente foi um imóvel que nos serviu muito nesse momento de implantação. (E1)

Em fevereiro de 2012, com conclusão da primeira etapa das obras do campus Macapá, e em uma decisão conjunta da equipe gestora, corpo técnico em funcionários, optou-se pela mudança para o novo prédio com IFAP, mesmo que a obra não tivesse oficialmente entregue. Sobre essa ocupação do *campus* Macapá, destaco duas narrativas:

A princípio todo mundo achava que teríamos que esperar a conclusão total do nosso prédio. Mas dentro da necessidade, principalmente da expansão dos cursos e números dos alunos, que no ano seguinte iria aumentar, nós não poderíamos ficar mais no espaço provisório [...]. E com nosso prédio, mesmo que não concluído totalmente, mas com o bloco de sala de aula já

pronto e em condições de receber os novos alunos, foi tomado uma decisão em grupo, juntamente com o Diretor Geral para fazer a mudança e já em 2011 iniciarmos o nosso ano letivo no nosso espaço físico próprio (E2).

Esse processo foi bem complicado e foi muito sofrido pra nós. Porque nós tínhamos um prazo na Escola Graziela, que seria um ano, e esse ano estava se aproximando do fim, e nós tínhamos que sair da escola porque não teria mais condições de ficar [...]. Nós não tínhamos liberação para entrar na sede oficial do Campus Macapá, porque a obra não tinha sido entregue. Então nós metemos a cara [...] O pessoal fez um mutirão da parte administrativa, começou a organizar o prédio. Organizamos os móveis para os servidores se acomodarem. Organizamos toda a estrutura para começar o ano letivo já em 2012. [...] Mas nós fomos corajosos e entramos aqui no prédio. E nos organizamos e demos continuidade ao trabalho e hoje nós estamos aqui. Se nós não tivéssemos tido essa coragem, talvez a gente teria parado e isso iria afetar o andamento dos cursos, a entrada dos novos alunos, mas sempre pensando em atender a comunidade e mostrar a qualidade do Instituto Federal mesmo com todas as suas dificuldades, sem estrutura. (E5)

Assim como ocorreu em Macapá, no início de 2012, o campus Laranjal do Jari, mesmo em fase de finalização da primeira etapa das obras toma a iniciativa através de seus gestores e servidores de se transferir para o novo prédio do IFAP. Os pioneiros do campus Laranjal do Jari destacaram a falta de condições de trabalho durante o processo de implantação e os aspectos positivos com a mudança:

O processo de mudança para o novo campus aconteceu em Março de 2012, foi quando nós ocupamos o prédio para início do ano letivo de 2012, porque nós não tínhamos mais onde nos ocupar, onde nos acomodar. A falta de qualidade de condições de trabalho estava ficando insustentável, porque a gente estava uma “lata de sardinha”, e não tinha mais como progredir [...] Nós ficamos pulverizados de 2010 a 2012, até a ocupação do prédio do *campus* (E4).

O interessante também é que foi uma força tarefa dos servidores, carregando os móveis, que nós já tínhamos guardado [...] todo mundo se envolveu. Mas quando nós viemos para cá, começou a melhorar, instalamos a biblioteca, o registro escolar, ai já era uma outra estrutura, estrutura de campus mesmo. No começo fomos adaptando as coisas, fomos nos adaptando a esse novo ambiente, servidores efetivos, com funções definidas. Quando você vem para um novo ambiente, seu ambiente de trabalho tem que ter uma nova adaptação (E7).

Os relatos acima demonstram o avanço dos Institutos Federais em municípios de difícil acesso e com pouca infraestrutura urbana, pois não conseguiam ter a mesma velocidade no seu processo de implantado em relação a outros institutos com um respeitado legado histórico.

Em 12 de março de 2012, as aulas são iniciadas nas instalações definitivas do IFAP, mesmo que inacabadas, sendo esperados mais de mil alunos dos cursos técnicos, ensino superior e programas do Governo Federal como o

Programa Mulheres Mil e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). No primeiro semestre de 2012, além dos cursos já ofertados, o *campus* Macapá aumentou sua oferta, ampliando a vagas do Ensino Superior, com a implantação de dois novos cursos: Tecnólogo em Redes de Computadores e Tecnólogo em Construção de Edifícios. No segundo semestre de 2012, inicia-se o Curso Técnico de Nível Médio em Alimentos, na forma integrada, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. No primeiro semestre de 2014, o Campus Laranjal do Jari implanta seu primeiro curso de Nível Superior, o curso de Licenciatura em Ciência Biológicas.

Vale destacar que a dificuldade enfrentada pelos primeiros servidores que ingressaram no IFAP devido a falta de espaço físico e da necessidade de um maior número de profissionais para conduzir o processo de implantação, exigiu de cada integrante um esforço redobrado para atender as expectativas criadas para a implantação de uma instituição de educação profissional que é referência em outros estados da federação.

Mesmo com a mudança para o prédio definitivo, durante os primeiros anos de implantação do Campus Macapá, a distância para os estudantes e servidores foi o principal empecilho, ocasionada pela falta de ônibus coletivo que pudesse chegar à instituição, além da falta de segurança e iluminação pública. Além do mais, as atividades práticas previstas para serem realizadas nos laboratórios, foram comprometidas, exigindo dos professores certa criatividade com o desenvolvimento de propostas alternativas que pudessem relacionar a teoria e a prática.

Em continuidade ao processo de expansão do IFAP, após a fase 1 e fase 2 de implantação, em que foram contemplados os municípios de Macapá e Laranjal do Jari, com a implantação de seus respectivos *campi*, inicia-se a fase 3 da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sendo o IFAP contemplado para a implantação de novas unidades nos Municípios de Santana e Porto Grande, com dois *campi* e no Município de Oiapoque com a implantação de um *campus* avançado. Durante o ano de 2014, todas essas as unidades estiveram em construção, ambas iniciadas no 2º semestre de 2013, com a continuidade de suas atividades nos anos subsequentes.

Segundo Silva (2009), uma das questões orientadoras do processo de negociação para a criação dos institutos federais foi o limite geográfico dos estados da federação. Uma das metas cumpridas pelo governo federal foi a de se implantar os institutos federais em todos os estados. Evidencia ainda, que é importante ouvir e articular as demandas do território em que essas instituições estão inseridas, com suas possibilidades científicas e tecnológicas, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção da cidadania.

Apesar das dificuldades do processo de implantação, a oferta de cursos técnicos buscou atender a demanda da comunidade local considerando os aspectos econômicos e o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado. Um dos aspectos importantes nesse processo é a possibilidade de verticalização do ensino. Observem alguns relatos importantes:

[...] a cada ano que a gente faz um processo seletivo, a gente observa que a demanda ela multiplica, triplica. Então os jovens estão buscando a instituição em função de ela já ser uma referência, principalmente uma referência nacional. E a gente aqui no Estado do Amapá, também quer que ela seja uma referência. Que o Instituto Federal do Amapá seja uma referência não só local, seja uma referência também nacional. O Instituto Federal do Amapá já faz a diferença. Hoje já é uma realidade. Já está inserido na sociedade como uma instituição que já está trazendo bons resultados. (E2).

[...] a implantação do instituto foi de grande importância para o Amapá, porque é um instituto de nível federal. A cem anos atrás, já existem estados que já possuem essa formação profissional dos adolescentes, adultos, e ter em Macapá, ter no Amapá, uma instituição de ensino que possibilite o ingresso ao mercado de trabalho, é de grande relevância para uma comunidade (E8).

Por ser uma instituição de ensino superior, onde está hasteado no tripé: ensino, pesquisa e extensão, e não só isso, por ser uma instituição que verticaliza a educação profissional, desde a formação inicial e continuada de trabalhadores até a pós-graduação. E por ser uma instituição de educação, e nós temos a crença que a educação é a única ferramenta que tem como revolucionar e desenvolver, por ser a mola propulsora do desenvolvimento de fazer com que o cidadão mude suas atitudes, ele possa crescer como pessoa, e por ser uma instituição de educação profissional, onde essa instituição oportuniza você a ter uma profissão pra você se manter e manter a sua família, nós entendemos que ela é de fundamental importância. (E1).

As narrativas dos pioneiros mostram que o Instituto Federal do Amapá, mesmo com pouco tempo de sua implantação, vem buscando desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

A relação entre educação e trabalho é uma questão que merece destaque neste contexto na medida em que esta relação é importante para o homem, dentro de uma “perspectiva ontológica ou ontocriativa”, o trabalho se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo (FRIGOTTO, 2005).

Cunha *et al* (2020), destacam que um dos grandes desafios para os Institutos Federais concentrou-se na elaboração e efetivação do currículo integrado na educação profissional técnica de nível médio, principalmente na sua oferta integrada. O ensino integrado é a principal modalidade que sustenta a politecnia⁵, que traz o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, com base na integração do trabalho, ciência, tecnologia e cultura. A proposta currículo integrado, apresenta as bases conceituais e as condições necessárias para o entrelaçamento dos conhecimentos gerais e específicos, o que demanda o envolvimento dos profissionais que trabalharão nessa modalidade, principalmente por apresentarem perfis de formação em diversas áreas do conhecimento.

É primordial derrubar as barreiras entre o ensino técnico e científico, buscando a articulação entre trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. A educação profissional e tecnológica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico para um conhecimento mais analítico, buscando uma formação mais abrangente e flexível, com menos ênfase na técnica e uma visão mais compreensível do mundo do trabalho e uma participação mais efetiva.

Por fim, destaco duas narrativas que reforçam o papel que o IFAP vem desempenhado ao longo desses anos de implantação e consolidação, enquanto instituição que promove a formação cidadã e profissional de jovens e adultos amapaenses, bem como, contribui para o desenvolvimento territorial e regional no Estado do Amapá:

[...] o Estado do Amapá passou 100 anos sem uma instituição desse porte. E em 5 anos o Instituto Federal já duplicou suas ações e eu vejo um pouco lá na frente, não só duplicando. Eu vejo o Instituto Federal se multiplicando dentro do nosso Estado. E essa multiplicação, com certeza, só vai trazer benefício para o nosso Estado, para sociedade [...] o Estado do Amapá precisava há muito tempo de uma instituição de porte como o Instituto

⁵ A noção de politecnia está associada ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho. A formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios e fundamentos científicos. (SAVIANI, 1989, p. 71)

Federal e hoje tem e já está colhendo frutos em função dessa implantação (E2).

Então eu não tenho dúvidas que a presença do instituto vai alancar o desenvolvimento social e econômico do nosso Estado. Assim, eu fico muito feliz até, não sou daqui, eu vim pra cá com essa missão. Nesse curto espaço de tempo eu acho que nós fizemos muito. [...] De 2010 para 2013, nós temos aqui implantado curso de formação inicial e continuada, os cursos técnicos – integrado, subsequente, PROEJA, Programa Mulheres Mil, PRONATEC, cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura, curso de Pós-graduação. Nesse espaço temporal aí, realmente a gente cresceu muito e disso daí em não tenho dúvidas que nós temos contribuído muito para o desenvolvimento local e regional, e certamente nacional. Eu não tenho dúvidas que isso aqui é apenas um embrião, nós estamos nascendo agora. Daqui a 100 anos certamente haveremos de colhermos muito frutos no decorrer dessa nossa história (E1).

Para Silva (2009, p. 44), o desenvolvimento de processos educativos que levem a geração de trabalho e renda em prol do desenvolvimento local consolida a construção de uma proposta de formação que conduza o educando a novas possibilidades de ampliação de suas capacidades educativas e cognitivas.

O desenvolvimento local e regional vem no bojo do conjunto de políticas públicas transpassam determinada região e não como o único meio desse processo de desenvolvimento, pois os Institutos Federais estão situados em determinada área geográfica e associados a projetos e programas mais amplos e globais. Assim, é preciso estabelecer o vínculo entre o local e o global. Assim, é preciso que suas ações conduzam à construção de uma cultura que supere a identidade global a partir de uma identidade sedimentada no sentimento de pertencimento territorial (MEC, 2010).

Neste sentido, os Institutos Federais vêm se moldando, se constituindo e se multiplicando a partir de ações de ampliação bastante aceleradas, buscando acompanhar o processo de expansão em todo o território brasileiro. Considero importante destacar, que foram muitos as dúvidas, discussões e diálogos em relação ao processo de implantação e expansão do IFAP, principalmente por ser uma experiência nova, ainda se consolidando no Estado do Amapá.

Considerações finais

O presente estudo buscou evidenciar a história e memória do Instituto Federal do Amapá, enquanto a primeira Instituição da Rede Federal de Educação Profissional instituída no espaço territorial amapaense. Neste sentido, é preciso reconhecer o importante papel desempenhado pelo Instituto Federal enquanto sistema de ensino público e gratuito na oferta de educação profissional e

tecnológica. E a partir de sua institucionalização, que se reconhece a necessidade de abrir seu espaço educacional para o atendimento aos jovens e adultos, em diversos níveis de ensino, através de ações articuladas com outras instituições, favorecendo o desenvolvimento regional, e conseqüentemente, oportunizando o ingresso no mundo do trabalho, de maneira justa e digna.

É precípua que os Institutos Federais promovam o diálogo permanente com os arranjos produtivos locais e o atendimento às demandas da comunidade, no âmbito de seu território. A consolidação do IFAP enquanto instituição de referência em educação profissional e tecnológica no estado do Amapá dependerá do envolvimento direto e da participação de todos os membros da comunidade, sejam internos ou externos à instituição. As parcerias com outros órgãos e instituições, para complementação da formação humana e profissional dos estudantes, através de estágios e intercâmbios, são imprescindíveis para atender os objetivos propostos pelos institutos quanto à qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho.

A oferta de cursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino necessita se articular com a vocação regional e as demandas trazidas pela comunidade. Convém, no entanto, ter critérios específicos na implantação de novos cursos, principalmente quando vinculados a uma nova área ou eixo tecnológico, verificando as potencialidades do município, a estrutura de laboratórios e equipamentos, bem como, a contratação de novos professores para atender essa nova demanda (MACEDO, 2017).

Portanto, não se pode negar, a importância de registrar a história e memória dos institutos federais. Essa historicidade nos permite compreender que o investimento na educação profissional, através da construção de unidades escolares, valorização dos professores e técnicos em educação, na otimização e gestão dos recursos públicos, são aspectos fundamentais na garantia do direito à educação através da oferta de um ensino público e de qualidade.

Registrar a história do IFAP através de processo de interiorização nos municípios é uma tarefa fundamental para acompanhar os rumos da educação profissional no Brasil, desde sua implantação e expansão, sua inserção regional e a relação com a comunidade local. Na medida em que o processo de constituição do IFAP vai se consolidando, novos desafios se apresentam. E quando esses desafios são superados contribuem significativamente para o fortalecimento dos Institutos

Federais, qualificando-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino público gratuito, no compromisso com a inclusão social, preservação do meio ambiente, desenvolvimento regional e fortalecimento da gestão democrática.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, de 05 de outubro de 1988, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Decreto Federal nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, 2007a.

BRASIL. **Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Brasília, 2007b.

BRASIL, **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CUNHA, Jéssica de Almeida *et al.* Politecnia e currículo integrado na rede federal de ensino: contextos e desafios na educação profissional e tecnológica integrada de nível médio. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 4, nº especial, p. 55 – 76, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/634/465> .Acesso em 22 jul 2020.

FREITAS JUNIOR, Vanderlei; SANCHEZ, Sandra Barros. Identificação dos limites de abrangência institucional: uma abordagem sobre território e arranjos produtivos locais. **Revista RETTA** (PPGEA/UFRRJ). Ano II, nº 03/04, jan-dez 2011. P.37-67.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: Frigotto, G; et al (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007**, e 12 de dezembro de 2007. Chamada pública de propostas para constituição dos Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Brasília, 2007.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria n.º 116 de 31 de março de 2008.** Resultado da Chamada Pública Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, de 12 de dezembro de 2007. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2010.

MACEDO, P. C. S. Educação profissional e desenvolvimento territorial: a expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Revista Brasileira da educação profissional e tecnológica.** IFRN. v.2, n. 13, p. 94-106, 2017.

OLIVEIRA, Ramon de (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate.** São Paulo: Papirus, 2012.

OTRANTO, Célia R. **A política de educação profissional do Governo Lula.** Trabalho aprovado para apresentação na 34ª Reunião da ANPED, Natal: RN, 2011.

SILVA, C. J. R. (org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões.** Natal, RN: IFRN, 2009.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politecnia.** Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SOUSA, Tássia Pinheiro; SALES, Francisco José Lima. As políticas de educação profissional no Brasil e a qualificação de trabalhadores. **Revista Labor**, Fortaleza – CE, jan-jun 2018, v. 1, n. 21, p. 98 – 118, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/39716/pdf>. Acesso em 22 jul. 2020.

Ramofly Bicalho.

Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil

Professor Associado II na UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Seropédica. Lotado no Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Docente na Licenciatura em Educação do Campo, no PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola e no PPGEduc – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal Fluminense – UFF. Atua com as seguintes temáticas: História da Educação do Campo e Movimentos Sociais. Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos.

Email: ramofly@gmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3815218617988955>

Pedro Clei Sanches Macedo.

Macapá, Amapá, Brasil

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ, Mestre em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Especialista em Educação pela Faculdade Atual - AP, Especialista em Psicopedagogia pela FAMA e Especialista em Gestão Escolar pela UNIFAP/MEC. Tem vasta experiência na Educação Infantil e Ensino Fundamental, Educação Profissional e Coordenação Pedagógica. Atuou como Pedagogo na rede pública e privada no Estado do Amapá. Atuou como tutor no Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar pela UNIFAP. Experiência como Docente do Ensino Superior nas disciplinas de: Planejamento Educacional, Políticas Públicas em Educação, Educação do Campo, Educação Infantil e Didática. Técnico em assuntos educacionais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, onde já atuou na Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) - Câmpus Macapá; Coordenador de extensão pela Pró-Reitoria de Extensão; Membro do Conselho Superior; e Pró-Reitor de Ensino do IFAP (2014-2016). Atuou como Docente da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Integra o Grupo de Estudos sobre Mundo do Trabalho e Educação Profissional - GEMEP/IFAP, com pesquisa na área de Educação Profissional, Educação do Campo; Territorialidade, Escolas Ribeirinhas; e o Grupo de Pesquisa Educação do Campo, Movimentos Sociais e Pedagogia da Alternância - UFRRJ;

Email: pedroclei@hotmail.com

Recebimento: 22/07/2020

Aprovação: 27/10/2020



Q.Code

Editores-Responsáveis

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França